



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

CNPJ 62.464.904/0001-25

COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e público em geral

Estamos apresentando o relatório com o resumo das principais atividades realizadas pela Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. no exercício de 2007, em conjunto com as demonstrações financeiras que, além de atender aos dispositivos legais, são importantes para mostrar à sociedade o desempenho e as realizações da Companhia.

1. SP 021 – Rodoanel Mario Covas

Trecho Oeste

Interliga as seguintes rodovias: Régis Bittencourt (BR-116), Raposo Tavares (SP-270), Castello Branco (SP-280), Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348). Possui também os seguintes acessos: Padroeira (Carapicuíba) e na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães (São Paulo). Com 32 km, foi entregue ao tráfego em outubro de 2002 e é acessado por 201 mil veículos/dia.

Foram concluídas:

- Implantação de muro em gabião para contenção de talude do Córrego Carapicuíba, situado entre a faixa de domínio da rodovia e propriedade lindeira, à altura do Trevo da Padroeira – Pista Externa;
- Obras e serviços de readequação do sistema de drenagem e implantação de muro de arrimo e passeio na Avenida João Paulo (marginal Twitlex), localizada na interseção da SP-021 – Rodoanel Mario Covas com a BR-116 Rodovia Régis Bittencourt;
- Reforma de infra-estrutura no Parque Jaraguá;
- Fornecimento e montagem de uma torre de vigilância florestal no Parque Anhanguera;
- Entrega da revisão do Plano de Manejo do Parque Anhanguera pela ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz).

Em andamento as seguintes obras:

- Elaboração de estudos e projetos, apresentação de sugestões, emissão de parecer e quaisquer outros documentos que se façam necessários para o monitoramento e implementação de ações mitigadoras referentes à emissão de ruídos;
- Projeto Flora do Rodoanel – serviços técnicos de plano mitigatório da faixa de domínio, em cumprimento da legislação contida na Licitação de Operação;
- Obras e serviços de readequação das instalações elétricas do conjunto de vestiários/sanitários construídos no Parque Anhanguera, incluso fornecimento de todos os materiais e execução de todas as instalações, compreendendo desde a entrada de energia até a ligação de todos os pontos de utilização;
- Elaboração de estudos e projetos, apresentação de sugestões, emissão de parecer para monitoramento e implantação de medidas mitigadoras referentes à emissão de ruídos;
- Projeto Flora – manutenção do plantio na faixa de domínio.

Trecho Sul

Trata-se do trecho da Rodovia de Interligação Rodoviária – RODOANEL MARIO COVAS, entre a Rodovia Régis Bittencourt (Município de Embu) e a Avenida Papa João XXIII (Município de Mauá), passando ainda pelos municípios de Itapepeca da Serra, São Bernardo do Campo, Santo André e Ribeirão Pires, com aproximadamente 61,4 quilômetros de extensão, incluindo a interligação.

O Trecho Sul facilitará o transporte e o escoamento de cargas entre o Brasil Central e o Porto de Santos e será importante elo econômico para a incorporação deste porto ao sistema de logística de transportes de todo o Estado e do Brasil. O Trecho Sul vai interligar o Trecho Oeste às rodovias dos Imigrantes, Anchieta e ao município de Mauá. Ao projeto foi adicionada uma ligação viária de 4,4 quilômetros até a Avenida Papa João XXIII, em Mauá, que será duplicada para receber o tráfego proveniente do Rodoanel. Com a futura extensão da avenida Jacu-Pêssego, essa ligação vai facilitar a chegada à Zona Leste de São Paulo, às rodovias Ayrton Senna e Dutra, bem como ao Aeroporto Internacional de Cumbica.

O trecho Sul do Rodoanel associado ao trecho Oeste já concluído terá, particularmente, a importante função de canalizar os fluxos originários do interior do Estado para o Porto de Santos sem a necessidade de utilizar o sistema viário urbano de São Paulo. Os estudos realizados indicam que estes dois trechos do Rodoanel aliviarão em 43% o fluxo de caminhões da Marginal do Rio Pinheiros e 37% do fluxo de caminhões da Av. dos Bandeirantes. O custo total do empreendimento está orçado em R\$ 3,6 bilhões (dez/05), incluindo o projeto, a construção da rodovia, desapropriações, reassentamentos, compensações ambientais, gerenciamentos e supervisões. A obra física está avaliada em R\$ 2,5 bilhões e está sendo executada pelos consórcios Andrade Gutierrez / Galvão, Norberto Odebrecht / Constran, Queiroz Galvão / C.R. Almeida, Camargo Corrêa / Serveng e Rodoanel Sul 5, vencedores da licitação pública.

No médio prazo, associado ao FERROANEL, o Trecho Sul poderá viabilizar a construção de Centros Logísticos Integrados, contribuindo para a implantação da intermodalidade de transportes no Estado de São Paulo e otimizando as condições para a coleta e distribuição de cargas na Região Metropolitana. Em seu conjunto, tais benefícios representam indução da atividade econômica, incremento da capacidade competitiva da economia paulista, aumento do emprego e melhoria da qualidade de vida para grande parte da população paulista que reside na Região Metropolitana de São Paulo.

Cuidados Ambientais

Seu traçado foi escolhido buscando minimizar os possíveis impactos e contribuir para a recuperação das áreas de mananciais. O projeto foi desenvolvido utilizando técnicas avançadas de engenharia que garantem a segurança dos usuários, a redução de acidentes e um balanço ambiental positivo. Com as obras serão suprimidos aproximadamente 212 hectares de vegetação. A previsão da DERSA é de um plantio compensatório de 5 vezes, ou seja, 1.016 hectares de árvores nativas da região, além da criação dos novos parques da Várzea do Embu-Mirim, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé e também a revitalização do Parque do Pedroso e a preservação da margem do reservatório do Rio Grande.

A este acréscimo de replantio para ligar formações florestais isoladas somam-se, no total, cerca de 4.000 hectares de áreas verdes a serem criadas. Estes são áreas sendo revitalizadas e protegidas e, posteriormente, entregues às autoridades competentes para manutenção e administração.

Reassentamento de Famílias

Foram removidas 1.181 famílias, de um total previsto de 1.249. Das famílias que já desocuparam as áreas, 522 optaram por unidades habitacionais e estão recebendo da DERSA ajuda de custo a título de aluguel, até que as unidades estejam disponíveis. As restantes 659 famílias removidas receberão indenizações financeiras.

Travessias das represas

Para causar o menor impacto nas travessias das represas de Guarapiranga e Billings, a DERSA tomou o cuidado de cruzar os mananciais em seus pontos mais estreitos e utilizar recursos naturais já existentes como base de apoio para as pontes do Trecho Sul.

Na represa de Guarapiranga, a única travessia pela água ocorre no ponto mais estreito e tem apenas 90 metros de comprimento. Além disso, como medida de segurança, a rodovia estará localizada a 13 quilômetros de distância do centro de captação de águas da Sabesp.

Já na travessia da represa Billings uma ilha foi escolhida como base para apoiar os pilares da ponte. Foi a melhor solução encontrada pela DERSA porque, se a ilha não existisse, seria necessário construir várias bases dentro da própria represa. Normalmente, a distância entre os pilares é, em média, de 40 metros. Nesse caso foi aumentada para 100 metros. Com essa solução adotada, a interferência da obra terá menor impacto na represa Billings.

Características do Trecho

É uma rodovia, classe "0", com pista dupla, três ou quatro faixas de tráfego por sentido de 3,60 metros de largura, faixa de segurança de 1,0 metro, acostamento de 3,0 metros e um canteiro central gramado de 11,0 metros de largura.

Na pista principal, a velocidade diretriz é de 100 quilômetros por hora, rampa máxima de 4% e raio mínimo de 375 metros. Os acessos à rodovia estão previstos não somente pelas interseções, ou seja, com as Rodovias Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta e na Av. Papa João XXIII.

Situação atual em Andamento

O início das obras foi em setembro/2006 e paralisadas pelo Governo em janeiro/2007. Em 28 de maio de 2007, foram retomadas as obras com aditivo de alteração do Regime Contratual, passando de "Preço Unitário" para "Preço Global", e renegociação dos contratos com base no Decreto Nº 51.473 de 2 de janeiro de 2007, onde foram obtidos descontos de 4% sobre a planilha contratual, equivalente a uma economia de R\$ 110 milhões (dez/05).

A seguir, o quadro do avanço do empreendimento:

Atividades	Concluído (%)
Licença de Instalação (LI) das prioridades A, B e C	100
Projeto de engenharia e detalhamento construtivo	88
Desapropriação das áreas – frente de obras	86
Reassentamento de famílias	95
Interferências (Eletropaulo/COMGAS/Sabesp/Telefônica...)	37
Execução das obras	21

Ações em andamento

- Serviços de Gestão Ambiental no desenvolvimento das ações para licenciamentos ambientais e no planejamento, acompanhamento e controle das ações e programas ambientais do projeto;
- Supervisão ambiental das obras;
- Estudos de levantamento, pesquisa, prospecção, resgate e sistematização do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do projeto de implantação do Trecho Sul, realizado pelo MAE/USP (Museu de Arqueologia e Etnologia);
- Prestação de serviços técnicos visando à obtenção do licenciamento ambiental dos DMEs (Depósitos de Material Excedente) e AEs (Áreas de Emprestimo);
- Obtenção das licenças Ambientais para a Supressão de Vegetação para as obras Monitoramento da Qualidade do Ar nas fases pré-construtivas, construtivas e pós-construtivas;
- Monitoramento da Qualidade da Água na fase construtiva;
- Monitoramento do Ruído nas imediações das obras do Trecho Sul nas fases pré-construtiva e construtiva;
- Monitoramento e Aftugamento de Fauna durante as obras, realizados pelo MZUSP (Museu de zoologia da USP);
- Programa de Conservação da Flora, Ampliação dos Levantamentos Florísticos, Levantamento Fitossociológico, Resgate de Germoplasma e Plantas Vivas, Elaboração de Projetos de Supressão e Recomposição da Mata Nativa das Obras, realizado pelo Instituto de Botânica;
- Análise e acompanhamento das áreas contaminadas no Trecho Sul;
- Emissão do DUP (Decreto de Utilidade Pública) das áreas dos parques e Unidades de Conservação;
- Acompanhamento dos trabalhos de remoção do material lenhoso do trecho Sul.

Trecho Leste

O Rodoanel Mario Covas – Trecho Leste com uma extensão aproximada de 40,6 km se desenvolve seguindo na direção Norte a partir do município de Ribeirão Pires, final do Trecho Sul (ligação com a Av. Papa João XXIII), atravessando os municípios de Mauá, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba e Guarulhos até a BR-116 Rodovia Presidente Dutra, interligando o trecho Oeste do Rodoanel e o Trecho Sul (em execução), com as Rodovias Ayrton Senna e Dutra.

Situação atual em Andamento

Projeto de Engenharia e Detalhamento Executivo

O Edital de Licitação cujo valor está estimado em R\$ 65,0 milhões (jun/06) foi publicado em 30/10/07, divididos em 3 lotes, a saber:

- Lote 1: Subtrecho-1 – do entroncamento com a Rodovia Presidente Dutra até a transposição (inclusive) da Rua Miguel Badra no município de Suzano, valor R\$ 23,2 milhões (jun/06);
- Lote 2: Subtrecho-2 – da transposição da Rua Miguel Badra até a transposição (inclusive) da adutora Rio Claro no município de Ribeirão Pires / Mauá, valor R\$ 23,0 milhões (jun/06);
- Lote 3: Subtrecho-3 – da transposição da adutora Rio Claro até a eslaça 31085 do Rodoanel Trecho Sul no município de Ribeirão Pires, valor R\$ 18,8 milhões (jun/06).

Estudos Ambientais para Elaboração do EIA-RIMA

O Edital de Licitação para "Prestação de serviços especializados de consultoria para desenvolvimento de trabalhos técnicos de elaboração do Estudo do Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) e Projeto Básico Ambiental (PBA) do Trecho Leste do Rodoanel Mario Covas", cujo valor está estimado em R\$ 2,15 milhões (set/07) foi publicado em 15/11/07.

2. Rodovias

SP 070 – Ayrton Senna e Carvalho Pinto, SP 065 – D. Pedro I, SP 019 – Hélio Schmidt e SP 021 – Rodoanel – Trecho Oeste

Foram concluídas:

- Rodovia Governador Carvalho Pinto – Obras da Fase II de implantação que compreendeu o trecho entre a Rua Aporé e a Rodovia dos Tamoios (proximidades do IEAV Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica). Com extensão aproximada de 3,6 km, constituída de 2 pistas com duas faixas de rolamento medindo cada faixa 3,60 m de largura, acostamento medindo 3,00 m de largura e faixa de segurança medindo 1,00 m de largura, além do canteiro central. Foi construído um viaduto (passagem Superior) na própria Rua Aporé, uma passagem de veículos, além da implantação dos trevos IEAV e do Putim (acesso aos bairros de Capuava e São Judas);
- Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto executivo para implantação de caixas de contenção de cargas perigosas e adequação do sistema de drenagem, das pistas esquerda e direita, da SP-070 Rodovia Governador Carvalho Pinto, entre o km 76+720 m e o km 78+500 m;
- Melhoria do Sistema de Segurança Noturna nas Rodovias com colocação de 20.500 refletivos em 157 quilômetros de defensas metálicas nas rodovias sob jurisdição da Dersa, sendo 95 quilômetros na Rod. Ayrton Senna, 46 na Rod. D. Pedro I e 17 no Rodoanel. Foram utilizados 207 m² de películas refletivas de alta performance;
- Execução de calçadas e cicloviões em vários trechos das rodovias no total de 11 quilômetros, sendo 8 na Rodovia Ayrton Senna e 3 na Rodovia D. Pedro I;
- Execução de 11.000 m de barreiras de concreto, para evitar que veículos desgovernados saiam da pista aumentando a gravidade das vítimas;
- Construção de 4 currais para retenção provisória de animais apreendidos ao longo das rodovias sob jurisdição da Dersa. Nesses currais foram retidos 101 animais;
- Complementação da sinalização educativa e de orientação para os usuários em todas as rodovias sob jurisdição da Dersa. Ao todo foram implantadas 70 faixas de lonas vinílicas, sendo 48 educativas e 22 indicativas de municípios;

Adequação de bicicletas com películas refletivas para maior segurança dos ciclistas. Ao todo foram adesivadas 6.160 bicicletas, sendo 3.250 na Rodovia Ayrton Senna, 2.270 na Rodovia D. Pedro I e 640 no Rodoanel Mario Covas;

- Implantação de sinalização específica para neblina, com placas com películas refletivas mais eficientes, implantação de faixas de pano e implantação de sinalização luminosa, projeto piloto, no km 18 – pista oeste (sentido S. Paulo) da Rodovia Ayrton Senna, para indicar situações de emergência na pista (Tráfego Lento à Frente);
- Implantação de operação especial para diminuir congestionamentos nos horários de pico em 3 pontos críticos de trevos, nas rodovias Ayrton Senna, trevo de acesso ao Bairro de S. Miguel, km 26, rodovia Hélio Schmidt, trevo de acesso à Rodovia Pres. Dutra e Rodoanel, acesso ao trevo da Padroeira, com a implantação de canalizações com cones e interferência de pessoal operacional para orientar os usuários. A finalidade dessas operações é dar maior fluidez ao tráfego com o aumento do número de faixas, com o conseqüente aumento da capacidade da via e facilitar o entrelaçamento entre veículos;

"Realização de "Operação Inverno" para dar maior segurança aos usuários que trafegam pelas rodovias nos períodos de maior incidência de neblina e maior fluxo de veículos por ocasião das férias escolares de julho;

Realização de "Operação Verão" para dar maior segurança aos usuários que trafegam pelas rodovias nos períodos de maior fluxo de veículos por ocasião das férias escolares de verão;

- Construção de Marginal Norte do km 139 ao 141 da SP-65 – Rodovia D. Pedro I, em parceria com o Atacadão de Campinas;

- Elaboração de projetos de recuperação de passagens ambientais.

3. Travessias Litorâneas e Porto Dersa de São Sebastião

Travessias Marítimas

- Conclusão e início de operação de um Ferry-Boat para 100 veículos que também transporta 200 passageiros sentados e 200 passageiros em pé para atender a demanda da Travessia São Sebastião – Ilhabela;
- Reforma da Lancha de passageiros Adhemar de Barros, que faz a ligação Guarujá-Vicente de Carvalho, com capacidade para 579 passageiros;
- Reforma do Ferry-Boat FB-17;
- Reforma de um flutuante da Travessia Guarujá-Bertioga;
- Reforma de um flutuante da Travessia Cananéia-Ilha Comprida;

- Contratação, através de licitação, de empresa para operar e manter as embarcações das Travessias Litorâneas;
- Contratação de empresa, através de licitação, para operar os pedágios das Travessias Litorâneas;
- Contratação de empresa, através de licitação, para manutenção civil das Travessias Litorâneas;
- Contratação, através de licitação, de empresa para vigilância nas Travessias Litorâneas.

Porto de São Sebastião

Concluídas:

- Transferência da administração do Porto de São Sebastião para a Cia. Docas de São Sebastião;
- Os estudos para implementação do plano de segurança do Porto de São Sebastião;
- Dragagem emergencial no Porto de São Sebastião.

4. Convênios

MARGINAIS PINHEIROS e TIETÊ

Concluídas

FASE 1 - Obras complementares referentes à restauração do pavimento das marginais Pinheiros e Tietê (pista interna), no trecho entre a Ponte Cidade Universitária e as alças de acesso e chegada da Av. dos Bandeirantes e da Marginal Tietê no trecho entre o Complexo Viário Cebolão e as alças de acesso e chegada da Rodovia dos Bandeirantes.

Conclusão: maio/07.

FASE 1 - Obras complementares referentes à restauração do pavimento das marginais Pinheiros e Tietê (pista externa), no trecho entre a Ponte Cidade Universitária e as alças de acesso e chegada da Av. dos Bandeirantes e da Marginal Tietê no trecho entre o Complexo Viário Cebolão e as alças de acesso e chegada da Rodovia dos Bandeirantes.

Conclusão: ago/07.

Obras e serviços de adequação geométrica entre os acessos Panambý / Hipermercado Extra, situado à altura do km 14+700 m da Marginal Pinheiros - sentido Cebolão / Interligas.

Conclusão: ago/07.

FASE 2 - Obras e serviços de restauração de pavimento das Marginais Tietê e Pinheiros, compreendendo serviços de fresagem e recapeamento com aplicação de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a quente com adição de polímero, visando à recuperação funcional da plataforma de tráfego, com correções de greide e repertimento das seções transversais.

A Fase 2 compreendeu 61,2 km de extensão em ambas as pistas, incluindo via expressa e local, sendo: 30,7 km de extensão na Marginal Tietê, e 30,5 km de extensão na Marginal Pinheiros.

Conclusão: abril/07.

Complexo Viário Jacu-Pêssego

TRECHO NORTE em Execução – entre a Av. Frei Fidelis Mota (final da Rua Dr. Assis de Ribeiro) e a SP-070 Rodovia Ayrton Senna da Silva, com extensão de 2,1 km, composto por:

- Complexo viário Jacu-Pêssego / Av. Assis Ribeiro (incluindo 2 pontilhões);
- Complexo viário Av. Assis Ribeiro / Av. Santos Dumont;
- Viaduto sobre os trilhos da CPTM;

- Sistema viário I, entre o viaduto CPTM e o rio Tietê (incluindo 2 pontilhões);

- Ponte principal sobre o rio Tietê e Rodovia Ayrton Senna da Silva;

- Ramo São Paulo / Jacu (incluindo uma ponte sobre o rio Tietê);

- Ramo Jacu / Rio de Janeiro (incluindo uma ponte sobre o rio Tietê);

- Alça Jacu / São Paulo;

- Alça Rio de Janeiro / Jacu;

- Marginal Rio de Janeiro / São Paulo;

- Marginal Oeste até Av. Santos Dumont;

- Sinalização (horizontal e vertical), Pórticos, Defensas e Iluminação;

- Conclusão parcial – Em 20 de dezembro de 2007 foi inaugurada a Alça São Paulo / Jacu-Pêssego (pista esquerda) no trecho entre a Rodovia Ayrton Senna (altura do km 21) e entroncamento com o Viário Parque Jacu (nas proximidades da Av. Dr. Assis de Ribeiro);

- Obtenção das licenças ambientais para o Trecho Norte.

Convênio com DER

Em 29 de dezembro de 2005, foi celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem – DER e a Dersa o convênio Nº 001/06, objetivando a execução das obras e serviços de melhoramentos, restauração, recapeamento do pavimento, contenção de encostas e drenagem superficial em pontos críticos nas denominadas "Estradas Parque", pertencentes à malha viária sob jurisdição do DER.

Concluídas

- Obras e serviços de melhoramentos, restauração do pavimento, contenção de encostas e recomposição de sistemas de drenagem superficial em pontos críticos na SP-165 Acesso à Caverna do Diabo - Parque Estadual de Jacupiranga, numa extensão de 4,5 km.

Conclusão: maio/07.

- Obras e serviços de melhoramentos, restauração de pavimento, construção de 2 pontes e recomposição de sistema de drenagem superficial em pontos críticos na rodovia SP-247 Estrada Sertão da Bocaina - Estação Ecológica de Bananal, numa extensão de 14 km.

Conclusão: agosto/07.

- Obras e serviços de melhoramentos, restauração de pavimento, contenção de encostas e recomposição de sistemas de drenagem superficial em pontos críticos na SP-139 - trecho Sete Barras / São Miguel Arcajo - Parque Estadual Carlos Botelho - extensão de 33 km.

Conclusão: agosto/07.

5. Comunicação, Educação e Marketing Social da Dersa

Centros de Informações do Rodoanel Mario Covas

- Manutenção de 4 Centros de Informações nos municípios de Embu, São Bernardo do Campo, Parelheiros e Sede da DERSA.
- Ações / Atividades.
- Implantação de Centros de Informação Itinerantes nos 5 lotes do Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas;
- Participação em reuniões com as Prefeituras envolvidas;
- Criação dos layouts e artes-finais das placas de obras;
- Criação, confecção e distribuição de 50.000 folhetos informativos;
- Planejamento e organização de encontros técnicos com representantes da Funai, Ibama, Conserma e com a população das duas aldeias indígenas da região de Parelheiros e da região do Jaraguá;
- Participação no 58º Congresso Nacional de Botânica;
- Participação na 7ª Bienal Internacional de Arquitetura;
- Veiculação do comercial para TV – "Malha Viária/Rodoanel";
- Criação e pré-produção do novo vídeo institucional;
- Criação e veiculação de campanha de rádio para informar o término das obras de recapeamento das Marginais Pinheiros e Tietê;
- Criação e pré-produção de vídeo sobre as Novas Obras Viárias para apresentação em Audiência Pública produção de revista em quadrinhos com a Turma da Mônica, com a tiragem de 300 mil exemplares que serão distribuídos nas escolas próximas ao traçado, a cargo da Maurício de Souza Produções;

- Desenvolvimento de projeto para produção e confecção de 10 mil canetas-brinde com a marca "Rodoanel";
- Desenvolvimento de projeto para produção de confecção de 50 mil calendários;
- Mapa ilustrado e estilizado do Trecho Sul, a cargo do artista gráfico Geep;
- Organização de visitas às obras de funcionários da Dersa e de alunos de faculdades e escolas técnicas;
- Assessoria de Imprensa;
- Publicidade Legal;
- Organização/Participação em Eventos;
- Langamento e entrega das obras de Recapeamento das Marginais Pinheiros e Tietê, em conjunto com a Assessoria de Comunicação da Secretaria dos Transportes;
- Entrega das obras de Recuperação da SP-139 no Parque Estadual Carlos Botelho, em conjunto com a Assessoria de Comunicação da Secretaria dos Transportes;
- Entrega das obras da fase 2 da Interligação das Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto, em conjunto com a Assessoria de Comunicação da Secretaria dos Transportes;
- Langamento da fase 3 da Interligação das Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto, em conjunto com a Assessoria de Comunicação da Secretaria dos Transportes;
- Campanha do Agasalho 2007, em parceria com o Fundo de Solidariedade do Palácio do Governo do Estado de São Paulo;
- Internet;
- Atualização permanente do sítio da DERSA, com destaque para o Álbum de Fotos, que mostra o dia-a-dia do andamento das obras do Trecho Sul do Rodoanel.

6. Licitações para contratações de serviços e compras através de Pregão

No ano de 2007, foram realizados 38 pregões, para a contratação de diversos serviços e vários itens de compras. A modalidade abrangeu Reforma de Embarcações, Operação, Manutenção Naval, Limpeza e Conservação de Embarcações; Arrecadação; Equipamentos de Informática; Transporte de Funcionários; Segurança e demais materiais de consumo, com um volume total negociado no período de R\$ 55,9 milhões. Comparados aos valores de mercado, cotados inicialmente em R\$ 66,2 milhões, obtivemos um ganho médio de 15,5%, gerando uma economia de cerca de R\$ 10,3 milhões.

7. Outras atividades

Ouidoria

De acordo com a lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispôs sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo, e com o Decreto nº 44.074 de 01/07/1999, que criou a Ouvidoria em todos os órgãos públicos estaduais com o objetivo de proteger e defender os direitos do usuário nos serviços públicos prestados pelo Estado de São Paulo, temos a informar que durante o exercício de 2007, a Dersa manteve em pleno funcionamento a atividade de Ouvidoria, com atendimento de 2.600 solicitações.

Audidores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a administração informa que os únicos serviços prestados durante o exercício de 2007, pelos nossos auditores, a KPMG Auditores Independentes, referem-se exclusivamente aos relacionados à auditoria de demonstrações financeiras.

8. Agradecimento

A Administração agradece aos acionistas, empregados e usuários em geral. Agradece, sobremaneira, ao Governo do Estado de São Paulo, cujo apoio foi decisivo para as realizações do período.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2007	2006
Circulante			
Disponibilidades.....	4	221.390	9.820
Contas a receber.....	5	11.424	8.987
Impostos a recuperar.....		760	696
Adiantamento a funcionários.....		806	380
Despesas antecipadas.....		40	53
Outros créditos.....		2.345	2.167
Total de ativo circulante.....		<u>236.765</u>	<u>22.103</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com órgãos do governo.....	6	126.756	92.875
Depósitos judiciais.....	10	24.725	17.446
Empréstimos compulsórios.....		56	56
Outras contas a receber.....		1.915	1.913



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

CNPJ 62.464.904/0001-25

COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento aumento do capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2006	7.355.962	397.500	1.956.301	(6.641.227)	3.068.536
Reserva de Subvenção – investimentos	-	4.700	-	-	4.700
Recursos para aumento de capital	-	-	289.467	-	289.467
Prejuízo do exercício	-	-	-	(561.082)	(561.082)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	7.355.962	402.200	2.245.768	(7.202.309)	2.801.621
Reserva de Subvenção – investimentos	-	277.300	-	-	277.300
Recursos para aumento de capital	-	-	736.260	-	736.260
Prejuízo do exercício	-	-	-	(329.917)	(329.917)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	7.355.962	679.500	2.982.028	(7.532.226)	3.485.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	2007	2006
Origens dos recursos		
Das operações		
Prejuízo do exercício	(329.917)	-
Despesas que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	262.987	-
Constituição de provisão para contingências	39.082	-
Juros e variações monetárias sobre obrigações	35.526	-
Baixa do ativo imobilizado	1.912	-
Recursos originados das operações	9.590	-
De acionistas		
Recursos para futuro aumento de capital	736.260	289.467
De terceiros		
Recursos recebidos da União	252.000	24.727
Aumento do passivo não circulante	10.055	-
Redução do ativo não circulante	-	454
Total das origens	1.007.905	314.648

	2007	2006
Aplicações de recursos		
Nas operações		
Prejuízo do exercício	-	561.082
(Despesas) receitas que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	-	(161.134)
Constituição de provisão para contingências	-	(297.771)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	-	(14.104)
Baixa do ativo imobilizado	-	919
Recursos aplicados nas operações	-	88.992
Aplicação em imobilizado	952.442	115.052
Transferências do passivo não circulante para o circulante	108.762	84.280
Convênio Rodoanel	-	4.023
Créditos com órgão do Governo	33.883	1.268
Depósitos judiciais	7.279	2.324
Aplicação em investimentos	16	-
Total das aplicações	1.102.382	295.939
(Redução) aumento do capital circulante líquido	(94.477)	18.709

	2007	2006
Demonstração das variações no capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No fim do exercício	236.765	22.103
No início do exercício	22.103	23.218
	214.662	(1.115)
Passivo circulante		
No fim do exercício	474.101	164.982
No início do exercício	164.982	184.786
	309.139	(19.824)
	(94.477)	18.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Fundada em 6 de março de 1969, a Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S.A. é uma sociedade de economia mista com o objetivo da exploração, mediante concessão, do uso, construção, ampliação, melhoramento e conservação das rodovias e administração de travessias litôneas sob sua jurisdição e exploração e administração portuária, terminais rodoviários e intermodais de cargas, mediante concessões do Governo do Estado de São Paulo. Conforme seu estatuto social, a Companhia tem prazo de duração de 50 anos, a contar de 30 de dezembro de 1972, podendo ser prorrogado.

Atualmente a Companhia mantém, por regime de concessão do Governo do Estado de São Paulo, o complexo rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto, Dom Pedro I, Caminho do Mar, sendo a arrecadação de pedágios a sua principal fonte de receita. Os contratos de concessão de operação das rodovias possuem prazos diferenciados e predeterminados e, ao final, os bens deverão ser revertidos ao Poder Concedente, sem qualquer indenização. Ainda opera o sistema de travessias litôneas (litoral central, sul e norte) dentro do Estado de São Paulo e o terminal portuário de São Sebastião.

Por força das disposições do Decreto Estadual nº 52.102, de 29 de agosto de 2007, que dispõe sobre a constituição da Companhia Docas de São Sebastião que terá por finalidade precípua administrar e desenvolver a infra-estrutura do Porto Organizado de São Sebastião delegado pela União ao Estado de São Paulo pelo convênio firmado em 15 de junho de 2007, a Companhia deixou de operar o terminal portuário de São Sebastião.

A Companhia ainda, na consecução de seus objetivos de prestação de serviços de utilidade pública, está em processo de construção do Rodoanel Mario Covas (nota explicativa nº 13), tendo até o momento concluído o Trecho Oeste no qual mantém a concessão (Decreto nº 51.306), operação e a conservação rodoviária.

Dando continuidade ao Programa Estadual de Desestatização – PED, em 03 de março de 2005, foi publicado o Decreto Estadual nº 49.444, autorizando a implementação do Projeto de Desestatização referente à concessão onerosa etou patrocinada dos serviços públicos de exploração da infra-estrutura de transportes que compõe o Corredor de exportação Campinas - Vale do Paraíba - Litoral Norte, abrangendo:

- SP-19 - Rodovia Hélio Schmidt, do Km 0 ao Km 24+00, acesso ao Aeroporto de Guarulhos/Cumbica;
- SP-53 - Interligação SP-70/Br-116, Rodovia Governador Carvalho Pinto - Via Dutra, no Município de Guararema;
- SP-65 - Rodovia Dom Pedro I, do Km 0, no Município de Jacareí, ao Km 145+500, no Município de Campinas;
- SP-70 - Rodovia Ayrton Senna da Silva, do Km 11+191, no município de São Paulo, ao Km 60+520, no Município de Guararema;
- SP-70 - Rodovia Governador Carvalho Pinto, do Km 60+520, no Município de Guararema, ao Km 130+400, no Município de Taubaté;
- SP-70/SP-56 - Interligação Itaquaquecetuba, do Km 0 ao Km 0+878, Acesso a Itaquaquecetuba;
- SP-70/SP-66 - Interligação Guararema, do Km 0 ao Km 1+400, da Rodovia Governador Carvalho Pinto/SP-66, no Município de Guararema;
- SP-83 - Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira, do Km 0 ao Km 12+100, Anel Viário de Campinas - SP-65/SP-330.

A efetivação do processo de privatização requer o desenvolvimento e a conclusão da modelagem financeira e do planejamento estratégico visando à renegociação das dívidas, recomposição e viabilidade financeira entre outros aspectos essenciais para o sucesso do projeto de desestatização.

Com advento do Decreto Estadual nº 52.036 de 03 de agosto de 2007, o Governo do Estado de São Paulo dispõe sobre a concessão de serviços relativos ao Rodoanel Mario Covas – Trecho Oeste. Considerando as propostas formuladas pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, exposto na Deliberação nº 001/07, de 05 de julho de 2007, que aprova o novo modelo da concessão, o qual somente considera o Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas.

O referido decreto autoriza a implementação do Projeto de Desestatização referente à concessão onerosa dos serviços públicos de exploração da infra-estrutura de transporte que compõem o Rodoanel Mario Covas – Trecho Oeste, com 32,00 km de extensão.

A outorga da concessão será precedida de procedimento licitatório, na modalidade de concorrência pública internacional, cujo edital foi lançado em 09 de janeiro de 2008, sendo designada a ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, como agente executor do processo de licitação da concessão, a qual coordenará a Comissão de Processamento e de Julgamento das propostas, composta por representantes da ARTESP, da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A. e das Secretarias de Transportes, de Economia e Planejamento e da Fazenda, designados nos termos da Deliberação nº 001/07, do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED.

A concessão terá por objeto a exploração do sistema rodoviário Rodoanel Mario Covas – Trecho Oeste compreendendo: • Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; • Apoio na execução dos serviços não delegados; • Controle dos serviços complementares.

O prazo de concessão será de 25 (vinte e cinco) anos. A sessão pública ocorreu em 11/03/2008, concluindo a primeira etapa do leilão para concessão do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas, as demais etapas do leilão serão disciplinadas por atos subsequentes do Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria dos Transportes.

O impacto nas demonstrações financeiras da DERSA deverá ocorrer após a transferência da administração do Rodoanel Mario Covas – Trecho Oeste, vide nota explicativa nº 7, para a futura concessionária, que em qualquer circunstância nenhuma perda será atribuída ao patrimônio da Companhia. Os valores envolvidos no processo licitatório por conta da concessão da operação do Rodoanel Mario Covas – Trecho Oeste indicam que o seu custo histórico contábil é inferior ao seu valor de recuperação.

Em 17 de outubro de 2007, a Companhia publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo edital para a realização de novo Pregão, objetivando a contratação de empresa especializada para executar o serviço de cancelamento do registro da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Realizado em 30 de outubro de 2007, foi habilitada a empresa SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA, para executar os serviços de cancelamento da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A administração da Companhia deliberou a conclusão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 em 19 de março de 2008 em Reunião de Diretoria.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita operacional é reconhecida quando da utilização da rodovia ou da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Ativo circulante e não circulante

• Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Contas a receber Contas a receber está representado substancialmente pelos valores a receber do pedágio eletrônico.

• Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos são debitados no resultado, quando incorridos. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como obras em andamento. A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou prazo da concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

• Demais ativos circulantes e não circulantes São apresentados pelo valor líquido de realização.

d. Passivo circulante e não circulante

• Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• Demais passivos circulante e não circulante São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

4. Disponibilidades

	2007	2006
Caixa	214.521	4.347
Bancos conta movimento	585	2.208
Numerários em trânsito	3.374	3.265
Aplicação Liquidez Imediata	2.910	-
	221.390	9.820

As aplicações financeiras referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa (FIF – TESOURO, lastreados em títulos públicos federais), remunerados à taxa média de 11,3193% ao ano.

5. Contas a receber

	2007	2006
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A (a)	10.959	8.674
Visanet	404	282
Serviços prestados	61	31
	11.424	8.987

(a) Refere-se a valores de tarifas de pedágio cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no período subsequente.

6. Créditos com órgãos do Governo

A Companhia possui créditos com órgãos governamentais, conforme segue:

	2007	2006
Rodoanel Metropolitan Mario Covas (a)	84.420	87.403
Convênio PMSJC (b)	-	2.000
Convênio complexo Viário Jacu-Pêssego (c)	28.275	-
Convênio restauração Marginais (d)	2.989	-
Convênio Estradas Parques (e)	3.422	-
Convênio Av. dos Bandeirantes (f)	16	-
Salários a recuperar (g)	7.634	3.472
	126.756	92.875

(a) Rodoanel Mario Covas

A Portaria Intergovernamental nº 3, em 12 de janeiro de 1998, designa a Companhia como agente executor do empreendimento RODOANEL. Na mesma data, foi firmado o Protocolo de Intenções celebrado pela União, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a consecução da obra. A União e o Estado de São Paulo firmaram, em 30 de abril de 1999, o Convênio nº 4/99, cujo objeto traduz-se no apoio financeiro do Ministério dos Transportes ao Estado de São Paulo para consecução do projeto, obras e serviços necessários à implantação do RODOANEL. À Companhia consoante o convênio, coube promover a execução das obras, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de obras e projetos do RODOANEL, efetuar os pagamentos decorrentes da execução do Convênio, aplicar os recursos financeiros repassados pelos órgãos Federais e Estaduais, apresentando o demonstrativo da correta aplicação dos recursos, entre outras atividades.

Trecho Oeste

Por força das disposições do Decreto nº 51.306, de 27 de novembro de 2006, relativo à concessão de serviços do Rodoanel Mario Covas (SP-21) – trechos Oeste e Sul, a Companhia alterou a partir do exercício de 2006 o procedimento contábil adotado para o registro das obras da Rodovia SP-21 (Trecho Oeste). Como consequência desse procedimento, os recursos recebidos do Estado de São Paulo (R\$ 639.065) e União Federal (R\$ 402.200) e a aplicação dos recursos na obra (R\$ 1.041.265), antes registrados em contas patrimoniais – Convênios foram reclassificados para o grupo de imobilizado (R\$ 1.041.265) e patrimônio líquido (R\$ 639.065 como Adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 402.200 como Reserva de capital – Subvenções para investimento), respectivamente, devido à confirmação da concessão trazida pela redação do referido Decreto.

Trecho Sul

Em 27 de abril de 2006, foram assinados os seguintes contratos para a construção do Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas:

	R\$	R\$
Lotês Consórcios		
		(Renegociado)
1 Consórcio Andrade Gutierrez/Galvão Engenharia	492.856	473.861
2 Consórcio Arcosul – Norberto Odebrecht/Constran	515.369	495.556
3 Consórcio Queiroz Galvão/C.R. Almeida	562.162	540.294
4 Consórcio Camargo Corrêa/Serveng	505.109	485.588
5 Consórcio Rodoanel Sul 5	511.734	491.936
	2.587.230	2.487.235

Com advento do Decreto Estadual nº 51.473, que dispõe sobre a reavaliação e a renegociação dos contratos em vigor e das licitações em curso, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, alterou-se o regime de preços unitários para preço global, a partir de 1º de junho de 2007.

Em face das diretrizes da nova gestão governamental, a DERSA priorizou estabelecer negociações com as EMPREITEIRAS com a finalidade de dar andamento ao Decreto nº 51.473 e viabilizar o reinício da execução das obras e serviços, objeto dos contratos do RODOANEL Trecho Sul, bem como fixar compromissos de se realizar dentro de prazo compatível com as necessidades do interesse público, sem contudo, acarretar um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Os preços contratuais globais serão reajustados, anualmente, tendo como data base dezembro/2005, de acordo com o disposto do Decreto Estadual nº 27.133, de 26 de junho de 1987, utilizando-se os índices publicados no Diário Oficial do Estado, pela Secretaria da Fazenda e calculados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE. O prazo de execução das obras foi estabelecido para o prazo de 48 meses contado a partir da emissão da primeira nota de serviços, podendo ser prorrogado a critério da Companhia, respeitando a legislação vigente. Para a garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais, as empreiteiras prestaram a garantia de 5% do valor do contrato mediante caução fiança bancária e seguro garantia. A referida garantia será liberada para devolução após a emissão do Atestado de Vitória para o Recebimento Definitivo do objeto contratual. Os recursos recebidos do Trecho Sul, provenientes do Governo do Estado de São Paulo, foram classificados para a conta de Adiantamento para futuro aumento de capital e os da União Federal, durante o exercício de 2007, foram transferidos para Reserva de capital – Subvenção para Investimentos, tendo em vista a aplicação dos recursos no projeto. Os recursos recebidos no exercício de 2007 podem ser assim demonstrados:

	2007	2006	TOTAL
Recursos recebidos do Estado de São Paulo	589.011	131.641	720.652
Recursos recebidos da União Federal	252.000	25.300	277.300
	841.011	156.941	997.952

(b) Convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC)

Refere-se ao convênio celebrado em 19 de dezembro de 2005 com o objetivo de executar obras localizadas na ligação entre as Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto.

Por esse instrumento, a Companhia responsável pela elaboração do projeto, execução, administração e fiscalização de todas as etapas das obras, e a Prefeitura de São José dos Campos pelos estudos ambientais e pela desapropriação de áreas necessárias, entre outras obrigações.

Para a execução do projeto, foi estabelecida a co-participação nos custos da obra, sendo R\$ 40.032 a parcela pertencente à Companhia e R\$ 11.000 a PMSJC (não incluindo os custos específicos para as desapropriações). Durante o exercício de 2007, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos liquidou integralmente o saldo com a Companhia.

(c) Convênio complexo viário Jacu-Pêssego

Refere-se ao convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização, com o objetivo de viabilizar a execução de obras e serviços do "Complexo Viário Jacu-Pêssego" e a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais.

Por esse instrumento, o Governo do Estado de São Paulo, por si ou por intermédio da Companhia, é responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.

O valor estimado do convênio é de R\$ 230.000, sendo R\$ 100.000 de responsabilidade da Prefeitura do Município de São Paulo nos anos de 2005 e 2006 e R\$ 130.000 do Governo de São Paulo, nos anos de 2005 a 2007. Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.

O prazo de vigência do convênio é de 30 meses, contando a partir de 29 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogado. A movimentação do convênio e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	2007	2006
Recursos recebidos do Estado e Município	(130.451)	-
Obras e serviços	158.726	-
Saldo a recuperar	28.275	-

(d) Convênio de restauração das marginais Pinheiros e Tietê

FASE 1 – Refere-se ao convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

O Convênio tem por objetivo viabilizar a execução das obras e dos serviços de restaurações nas Marginais Pinheiros e Tietê, que fazem interseções com as rodovias estaduais que ligam ao Porto de Santos.

Por esse instrumento, a Companhia será responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.

O valor estimado do convênio firmado é de R\$ 30.000, tendo prazo de vigência de 10 meses contados da data de assinatura.

FASE 2 – Refere-se ao convênio celebrado em 28 de abril de 2006 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

O Convênio tem por objetivo recuperar e recapar as pistas expressas e locais:

- Marginal Pinheiros - Sentido Cebolão/Interlagos - Sentido Interlagos/Castelo Branco - pista expressa e local; e
- Marginal Tietê - Sentido Ayrton Senna/Cebolão - Sentido Cebolão/Ayrton Senna - pista expressa e local.

Por esse instrumento, a Companhia, é responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços, mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.

O valor estimado do convênio firmado em 28 de abril de 2006 é de R\$ 80.000, tendo prazo de vigência de 8 meses, contado a partir



DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

CNPJ 62.464.904/0001-25

COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

continuação

7. Imobilizado	Prazo de depreciação (em anos)	2007				2006	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Investimentos técnicos:							
a) Rodovia Carvalho Pinto.....	28	2.312.619	888.892	1.423.727	1.502.976		
b) Rodovia Dom Pedro I.....	34	2.116.150	1.091.371	1.024.779	1.097.181		
c) Rodovia Ayrton Senna.....	43	542.500	283.967	258.533	270.731		
d) Rodovia Mario Covas Trecho Oeste.....	18	1.395.458	280.534	1.114.924	1.178.656		
Edifícios.....	25	9.795	9.704	91	127		
Móveis e utensílios.....	10	13.569	8.326	5.243	6.292		
Máquinas e acessórios.....	10	373	354	19	28		
Veículos.....	5	923	920	3	15		
Instalações.....	10	1.700	1.209	491	610		
Computadores e periféricos.....	5	4.883	3.594	1.289	785		
Embarcações.....	20	45.403	8.726	36.677	29.234		
Atracadouros.....	30	14.305	2.454	11.851	8.175		
Equipamentos de arrecadação.....	10	60	42	18	20		
Dolphins.....	70	3.107	803	2.304	2.347		
Edificações/ sinalização/reurbanização/terraplenagem.....	20	7.406	1.715	5.691	6.138		
Imobilizações em andamento.....		1.040.418	-	1.040.418	135.200		
Terrenos.....		32.330	-	32.330	32.330		
		<u>7.540.999</u>	<u>2.582.611</u>	<u>4.958.388</u>	<u>4.270.845</u>		

(g) Obras do Rodoval

Refere-se aos contratos do empreendimento Rodoval Mario Covas. Os saldos podem ser assim demonstrados:

Consortícios/Empresas	2007	2006
	Consortício Andrade Gutierrez/Galvão Engenharia.....	47.362
Consortício Arcosul – Norberto Odebrecht/Constran.....	47.005	735
Consortício Queiroz Galvão/C.R. Almeida.....	39.521	121
Consortício Camargo Corrêa/Serveng.....	46.004	421
Consortício Rodoval Sul 5.....	47.639	160
Consortício Sodotecnica/Themag.....	344	714
Consortício Maubertec/Ductor.....	-	1.043
Consortício Engevix/Plancervi.....	-	898
Consortício Diagonal – Concremat/IEME.....	673	484
Consortício Vetec/Ductor/Prodec.....	856	215
Verdycon Conservação Ltda.....	-	415
Outros Consortícios.....	9.266	1.355
	<u>238.670</u>	<u>6.840</u>

9. Parcelamento de contribuições sociais

Refere-se ao parcelamento celebrado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS no exercício de 1993, bem como a Companhia em 8 de novembro de 2007, nos termos da legislação pertinente, celebrado junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil o parcelamento de seu débito do FINSOCIAL em 60 (sessent) prestações mensais, cujo processo constava registrado como uma contingência passiva tributária. Os débitos relativos às contribuições parceladas, contemplando o montante principal acrescido de juros e multas são demonstrados abaixo:

	2007	2006
Parcelamento INSS.....	5.394	6.369
Parcelamento FINSOCIAL.....	11.912	-
	<u>17.306</u>	<u>6.369</u>

10. Provisões para contingências

A Companhia é parte integrante de ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, comerciais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2007		2006	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas.....	20.107	11.684	24.299	11.623
Tributárias e previdenciárias.....	59.118	10.391	70.170	3.038
Comerciais				
Desapropriações.....	29.681	870	34.956	985
Fornecedores.....	1.800	1.800	1.800	1.800
Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras).....	738.939	-	679.338	-
	<u>849.645</u>	<u>24.725</u>	<u>810.563</u>	<u>17.446</u>

As contingências de desapropriações referem-se às demandas judiciais para a discussão dos valores das indenizações pagas nos processos de desapropriação de terrenos para a construção de rodovias. Processos já julgados, cujos valores já foram definidos por sentença judicial, encontram-se contabilizados pelo valor real a pagar, acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Para os processos pendentes de julgamento final, a Administração utilizou-se da estimativa dos valores, baseado em estudo técnico e histórico dos valores indenizados. As contingências com empreiteiras incluem, substancialmente, as discussões judiciais sobre a atualização e correção monetária decorrentes do re-equilíbrio financeiro dos contratos, ocorrido durante o Plano Real e vem sendo atualizadas pelo INPC mais meio por cento de juros de mora ao mês. As contingências tributárias e previdenciárias referem-se basicamente a processos relativos a COFINS, INSS, IPTU e ISSQN.

A Companhia possui contingências passivas relativas a questões tributárias e civis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante estimado de R\$ 418.200 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 245.094 em 2006) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

11. Convênio com o D.E.R. (Departamento de Estrada de Rodagem)

A Dívida com o D.E.R. pode ser demonstrada como segue:

	2007	2006
Encontro de Contas D.E.R.	94.944	102.168
Acordo DERSA x LIX DA CUNHA.....	18.020	15.321
	<u>110.514</u>	<u>117.489</u>

Encontro de contas com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Como parte do processo de renegociação de suas obrigações, a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) celebraram em 19 de julho de 2004 um Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças, objetivando o encontro de contas e a liquidação do saldo remanescente. Neste Instrumento, a Companhia reconheceu uma dívida de R\$ 178.441 contra o DER decorrente da venda de cupons pedágio e uma dívida de R\$ 3.790 contra a Companhia decorrente de comissionamentos. O Acordo previa que o saldo líquido de R\$ 174.651 deveria ser amortizado parcialmente nos próximos doze meses com o valor dos comissionamentos ou até a edição do Decreto autorizando a concessão à iniciativa privada do Sistema Trabalhadores, o que ocorrer primeiro. Ocorrendo a privatização dessas rodovias, a Companhia passaria a ser credora do DER em função do reembolso do saldo residual dos ativos não depreciados ser superior ao valor da sua dívida contra o DER. Esgotando-se o prazo de doze meses e não ocorrendo a privatização, o Termo previa que as partes efetuariam uma nova renegociação para o saldo remanescente. Em decorrência desse acordo, a Companhia procedeu durante o exercício de 2004 à baixa de R\$ 18.007 a crédito do resultado como outras receitas operacionais. Esse ajuste foi efetuado considerando-se que o valor das obrigações registradas na Companhia era superior ao montante declarado pelo DER no Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças.

Em 19 de julho de 2005, foi firmado o 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças, onde o referido Termo terá vigência até a amortização total da Dívida ou até a transferência do Sistema Trabalhadores à Iniciativa Privada, consoante estabelece o art. 5º do Decreto Estadual nº 49.444, de 03 de março de 2005.

Sobre o saldo em aberto não incidem encargos financeiros ou qualquer tipo de atualização monetária. O saldo está sendo amortizado mediante encontro de contas a receber com os valores dos custos de funcionários comissionados.

ACORDO DERSA x CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

Em 27 de abril de 2000, foi firmado um acordo que entre si celebram, a DERSA e de outro lado a Construtora LIX DA CUNHA S.A., com a interveniência – anuência da PROMON Engenharia Ltda., do D.E.R. e da Concessionária AUTOBAN.

Considerando a existência do crédito a favor da LIX DA CUNHA, devido pela DERSA, por força do contrato de empreitada nº 1996/90, celebrado em 21/10/1990, que teve por objeto a execução de obras e serviços de restauração, drenagem e consolidações da Rodovia dos Bandeirantes, compreendendo o Lote II, km 60 ao 102; considerando ser a PROMON, empresa titular de parte desse crédito devido à LIX DA CUNHA, por força do Acordo Judicial levado a efeito nos autos do Pedido de Falência que teve trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Campinas, devidamente homologado e transitado em julgado, cujos termos fazem parte integrante do presente acordo:

Considerando que o Contrato de Concessão nº 005/98, celebrado entre o Estado, através do DER e a AUTOBAN, permite a sub-rogação pela AUTOBAN, da Dívida de R\$ 22.2576, pertinente ao contrato nº 1996/90, celebrado entre a DERSA e a LIX DA CUNHA;

Acordam as partes que a DERSA reconhece ter uma Dívida, líquida e certa, de R\$ 10.583 junto à LIX DA CUNHA, em decorrência do Contrato nº 1996/90.

Pelo presente acordo firmado e na melhor forma de direito se obrigam a:

AUTOBAN assumir junto à LIX DA CUNHA, com estrita observância ao direito da PROMON, a Dívida no montante de R\$ 10.583, em decorrência da sub-rogação parcial operada através desse acordo.

Por esse instrumento, o DER concede quitação ampla, geral, rasa, irrevogável e irretratável à AUTOBAN do montante estipulado em relação à Dívida derivada do contrato 1996/90 e em isso a DERSA passa a ter a dívida obrigatória a ser liquidada junto ao DER.

12. Débitos com a Fazenda do Estado

O Decreto Estadual nº 40.366, de 9 de outubro de 1995 (Concessão Ligação Campinas/Sorocaba) revogou a concessão vigente à Companhia e determinou que os direitos e obrigações da Companhia, decorrentes da concessão revogada, seriam mantidos até a transferência ao novo concessionário.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia teria o direito de explorar as rodovias por mais 20 anos, aproximadamente, bem como teria direito a receber indenização, devida pelo DER, em caso de encampação dos serviços antes dos prazos de vigência das concessões.

Após diversas tratativas entre a Companhia e diversos Órgãos do Estado, e baseado em estudos elaborados por consultores externos, definiu-se que a indenização deveria ser efetuada pelo valor dos ativos ainda não depreciados. Em 2 de março de 2000, foi entregue à iniciativa privada a Rodovia SP 075 (Campinas/Sorocaba) – Lote 13, e a Companhia, já autorizada pela Fazenda do Estado de São Paulo, compôs o valor de R\$ 551.936, referente à indenização pela revogação antecipada da concessão à Companhia, com os débitos existentes junto a este órgão. O saldo remanescente da obrigação em 31 de dezembro de 2007 totaliza o montante de R\$ 409.366 junto à Fazenda do Estado de São Paulo (R\$ 391.483 em 2006).

13. Capital Social

O capital social autorizado, conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 2003, é de R\$ 10.500.000. Em 31 de dezembro de 2007, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 7.355.962, correspondente a 5.678.418,830 ações ordinárias sem valor nominal.

A posição acionária no capital da Companhia é como segue:

Acionistas	Nº de ações	%
Outros.....	80	0,000001
	<u>5.678.418.830</u>	<u>100</u>

14. Resultado não operacional

Refere-se substancialmente ao déficit das atividades do Porto de São Sebastião no valor de R\$ 2.939 durante o exercício de 2007 (R\$ 5.729 em 2006), considerando-se que o convênio celebrado com o Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes não estabelece ressarcimento do déficit. Os saldos podem ser demonstrados abaixo:

	2007	2006
Receitas não operacionais.....	737	2.883
Despesas não operacionais.....	(172)	(1.953)
Despesas não operacionais – Porto de São Sebastião.....	(2.939)	(5.729)
	<u>(2.374)</u>	<u>(4.799)</u>

15. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação de mercado:

a. Disponibilidades

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 75.658 para danos materiais e R\$ 7.000 para responsabilidade civil.

17. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias aos seus credores, cujos montantes em 31 de dezembro de 2007 eram de R\$ 27.236, conforme segue abaixo:

	R\$
Edificações.....	26.130 - Garantias trabalhistas, tributárias, previdenciárias e comerciais.
Terrenos.....	1.106 - Garantias tributárias e comerciais.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 8 (a), conforme decisão judicial, parte substancial da receita da Companhia está comprometida para o pagamento da dívida com a Construtora COWAN.

18. Mudança na Legislação Contábil – Lei nº 11.638/2007

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008.

Em termos gerais, a nova legislação requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões Internacionais.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações financeiras e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

• Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

• Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado.

• Os incentivos fiscais não serão mais classificados como reserva de capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. Por determinação dos órgãos da administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro correspondente a esses incentivos para a formação da Reserva de Incentivos Fiscais, criada como parte das reservas de lucros e podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para o seguinte ponto: • Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores.

Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos dessas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A.
São Paulo - SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que pressupõem a sua continuidade operacional. A Companhia tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes e capital de giro negativo. O Governo do Estado de São Paulo, principal e único acionista que tem provido os recursos necessários para que a Companhia cumpra seus compromissos financeiros assim como de investimentos em infra-estrutura. Atualmente, conforme comentado na nota explicativa 1, o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo mantém projetos de privatização das rodovias operadas em regime de concessão pela Companhia. Essas concessões também foram a ela outorgadas pelo seu principal acionista, o Governo do Estado de São Paulo.

Conseqüentemente, a Companhia faz parte e é dependente das diretrizes emanadas pelo seu principal acionista no tocante à manutenção de suas atividades e na liquidação de suas obrigações por meio de aporte de recursos financeiros de seu principal acionista, geração de novas receitas e a renegociação da dívida com seus credores, até o momento em que as operações produzam os recursos suficientes para a recomposição de sua situação financeira. As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, não contemplam nenhum ajuste relativo à recuperação dos ativos da Companhia ou à liquidação de seus passivos em decorrência dessa incerteza.

19 de março de 2008.

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício da competência que lhe atribui o artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, os signatários, membros do Conselho Fiscal da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., considerando que durante o transcurso das reuniões ordinárias realizadas em 2007, o Colegiado examinou e analisou os balanços mensais e demonstrativos financeiros elaborados pela Empresa, assim como os dados, informações e esclarecimentos relacionados com os atos de gestão praticados por sua Diretoria, com fundamento nos resultados expressos no Balanço Geral da Sociedade e nas demais peças que o acompanham, inclusive no Relatório da Diretoria e, sobretudo, no que se contém no pronunciamento dos Auditores Independentes, são de parecer que o Balanço Geral e seus anexos, relativos ao exercício de 2007, estão em condições de serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 19 de março de 2008.

ANTONIO VAZ SERRALHA **DERALDO DE SOUZA MESQUITA JÚNIOR**
MARIA LIGIA MEDICI **MARINA LICA ONISHI**
REGIANE BRAZ AZEVEDO DE SOUZA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2007 e louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, bem como do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral dos Acionistas da sociedade.

São Paulo, 20 de março de 2008.

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
Presidente
JOÃO BATISTA MORAES DE ANDRADE
Vice-Presidente

ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO
JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES
LUIZ CARLOS FRAYZE DA SILVA
MARIA ELIZABETH DOMINGUES CECHIN
RICARDO TOLEDO SILVA
THOMAZ DE AQUINO NOGUEIRA NETO

DIRETORIA

Thomaz de Aquino Nogueira Neto Diretor Presidente	Nelson Ibrahim Maluf El Hage Diretor de Operações	Contador Wilson Luiz Fascina CRC 1SP192394/O-1
José Max Reis Alves Diretor Administrativo e Financeiro	José Olyntho Machado Junior Diretor de Relações Institucionais	
Paulo Vieira de Souza Diretor de Engenharia	Benedito Dantas Chiradiá Diretor Jurídico	

Dersa

SECRETARIA
DOS TRANSPORTES



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

TRABALHANDO POR VOCE